

11 ABR 1993

Ministro não faz previsões

ESTADO DE SÃO PAULO

Con. Brasil

Num mesmo dia da semana finda, duas notícias importantes, embora divergentes, foram publicadas acerca da taxa de inflação. O índice da Fipe (São Paulo) para março apontou 25,16%, cifra quase igual à de fevereiro (25,10%) e inferior às previsões de quase todos os organismos que acompanham o descompasso. Em compensação, a primeira prévia de abril do IGP-M, com 15,62%, mostrou uma aceleração do processo inflacionário, por superar em 3,26 pontos de porcentagem o resultado da primeira prévia do mês anterior. Essa evolução dos índices não oferece surpresas, ainda que, infelizmente, haja tendência de alta nos próximos meses. Mesmo que se observe certo consenso em torno dessa previsão, parece-nos não caber à ministra do Planejamento, Yeda Crusius, fazer projeções pessoais: crescimento de um ponto de porcentagem em abril, e, novamente, mais um ponto

em maio. Quando institutos especializados divulgam tais previsões, procuram justificá-las, mas, quando um ministro se arrisca a emitir palpites, estabelece-se uma reação do público, que, desconfiando do otimismo oficial, passa a procurar uma margem de segurança, disso resultando o fortalecimento das pressões inflacionárias.

Sabemos todos que a inflação se vincula, antes de tudo, às expectativas. O presidente Itamar Franco assumiu certamente uma grande responsabilidade quanto à mudança de patamar da taxa de inflação, dando a impressão de que seria favorável a uma intervenção do governo destinada a controlar alguns preços, ao mostrar-se contrário às taxas de juro altas, o que teria por consequência um aumento da demanda de bens e serviços. Sua insistência em determinar a cada um dos seus ministros da Fazenda a elaboração de um plano a curto

prazo favoreceu também a tendência de reajustes de preços. Hoje, o presidente Itamar Franco parece estar assumindo posição mais equilibrada. Infelizmente, outros fatores surgem para sustentar uma ainda mais preocupante expectativa inflacionária. Em primeiro lugar, houve a votação do Orçamento da União, que aparentava grande déficit potencial, aliás confirmado pela execução financeira do Tesouro nos dois últimos meses. Entretanto, na realidade, a situação não seria tão dramática quanto parece: cumpriria à ministra do Planejamento tornar pública a sua revisão orçamentária em função de um aumento das receitas que, efetivamente, foram subestimadas pelo Planalto. Hoje, não existe mais o perigo de que o Congresso se aproveite de tal fato para ampliar os gastos (já o fez na discussão da Lei de Meios...). Anunciar que o déficit poderá ser menor do que se imagina

pode contribuir para que se revertam as expectativas. Aliás, a ministra deveria saber que alguns institutos de conjuntura previram para maio uma inflação inferior à de abril. Entretanto, aventurou-se a fazer uma previsão contrária, que ajudará a lhe dar razão, uma vez que a expectativa é o maior fator de alta dos preços... Existe realmente outro fator preocupante: a política salarial, a ser votada pelo Congresso Nacional. Se se optar por um reajuste mensal dos salários, pode-se esperar uma realimentação das pressões inflacionárias.

Impõe-se aos agentes econômicos tentar prever o futuro, cabendo ao governo apenas fornecer elementos para que tais previsões sejam as mais realistas possível. No dia em que se conhecer realmente a nova política do governo, se chegará finalmente à eliminação do grande fator de inflação, qual seja, a incerteza.